## ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINARIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA (05/07/2011)

3 4 5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15 16

17

18 19

20

21 22

23

2425

2627

28

29

30 31

32

33 34

35

36

37

38 39

40 41

42 43

44

45

46 47

48

49 50

51

52 53

1 2

Ao quinto dia do mês de julho de dois mil e onze, às dezenove horas, no Auditório Samuel Pessoa da Villa da Saúde, após a certificação do quorum necessário, reuniramse os membros do Conselho Municipal de Saúde, para uma reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, tendo como pontos de pauta os seguintes assuntos: 1 -Aprovação da pauta para a reunião extraordinária de 05 de julho de 2011 do Conselho Municipal de Saúde; 2 - Apresentação da Lei de Diretrizes Orçamentárias; 3 - Apresentação da Proposta Orçamentária de 2012 (LOA); 4 -Programação Anual de Saúde/2011. Ana Olympia Velloso Marcondes Dornellas, presidente do Conselho Municipal de Saúde, inicia a reunião colocando em apreciação a pauta proposta. Cícero Cipriano pergunta se o material enviado pela Secretaria de Saúde aos conselheiros referente aos programas: NASF, PSF, SAMU, SID e DST/AIDS não será ponto de pauta desta reunião. Ana Olympia diz que nos envelopes dos conselheiros foi encaminhado um relatório sobre contratação direta de funcionários, a necessidade de teste seletivo e informa sobre os projetos de lei encaminhados à Câmara. Esclarece esse é um relatório do que foi encaminhado ao Tribunal de Contas, sendo que este assunto não consta na pauta, mas é um complemento do que foi solicitado em reunião anterior e que pode gerar um ponto de pauta futuro, estando o gabinete aberto aos conselheiros caso isto gere alguma dúvida. Cícero Cipriano faz uso da palavra e solicita que o relatório supracitado pela Secretaria de Saúde seja pautado para a próxima reunião para discussão. Ana Olympia pergunta se em relação a pauta da noite algum conselheiro gostaria de fazer alguma observação e não tendo manifestações considera aprovada a pauta passando ao próximo ponto de pauta 2 - Apresentação da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Rosilene Machado, Diretora de Planejamento da Secretaria de Saúde, relembra que na última reunião entregou um documento para cada conselheiro sobre as leis de diretrizes orçamentárias e gostaria de saber se alguém tem alguma dúvida a respeito deste documento e que ela irá fazer os esclarecimentos de acordo com as dúvidas dos conselheiros em face deste material previamente fornecido. Márcia Brizola faz uso da palavra e esclarece ao Conselho que a pauta da reunião vigente é continuidade da pauta da última reunião ordinária, sendo que o documento mencionado pela Diretora de Planejamento estava no envelope desta última reunião. Rosalina Batista sugere a Diretora de Planejamento que faça uma apresentação rápida e depois esclareça as dúvidas conforme surgirem. Rosilene Machado retoma a palavra e inicia dizendo que anualmente se trabalha com as diretrizes ou as ações que serão realizadas no ano seguinte, sendo que normalmente no Plano Plurianual que é o plano de 2010/2013, onde foi feita a escolha das diretrizes, estão geralmente contempladas ações de investimentos, sendo que anualmente se verifica as diretrizes do Plano Plurianual para encaminhar as ações para o ano seguinte. Rosilene continua e diz que a primeira descrição da ação se refere ao pagamento das sentenças judiciais, na següência: efetuar devolução de saldo a órgão de outras esferas de governo; efetuar pagamento dos encargos de servidores a disposição. Na sequência aparecem os investimentos: construir, reformar e ampliar as UBS's, implantar as UPA's e também algumas unidades previstas no PAC 1 e PAC 2, sendo que este recurso ainda não foi recebido, entre as quais a construção de UBS nos Jardins Guanabara e Perobal, a reforma da UBS do Conjunto Cafezal II, a construção de UBS no Jardim Cristal, a reforma da UBS do Conjunto Cafezal I, no Conjunto Jamile Dequech e a reforma de uma Unidade no Conjunto Cafezal, Construir, reformar e ampliar as Unidades Básicas de Saúde, implantar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA, entre as quais a reforma da UBS dos Conjuntos Armindo Guazzi e Giovane Lunardelli, na Região Leste, entre as quais a construção de UBS no Conjunto Alexandre Urbanas. Rosilene destaca que nem

tudo que está no documento enviado ao Conselho é passível de efetivação, pois é apenas uma previsão ou uma vontade que nem sempre é possível, sendo que estas diretrizes podem às vezes ser modificada. Construir, reformar e ampliar as Unidades Básicas de Saúde. Implantar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA. Reformar e ampliar o SAMU - Central de Regulação - construir garagem coberta para ambulâncias com a construção da sede administrativa para a Autarquia Municipal de Saúde, Construir/reformar Unidades Básicas de Saúde, no Patrimônio Regina e Distrito de Paiquerê, entre os quais a construção de UBS 24 horas no Distrito de Irerê e a reforma e ampliação das UBS dos Distritos de Paiquerê e Maravilha e a do Patrimônio Espírito Santo, a reforma e ampliação da UBS do Patrimônio Usina Três Bocas, a construção de UBS 24 horas em Guaravera e a construção de uma unidade no Patrimônio Regina. Rosilene esclarece que o item aguisição de imóveis se refere a compra e reforma de equipamentos nas unidades da Secretaria de Saúde. Efetuar o pagamento de salários e encargos sociais dos servidores da Coordenação do FMS. Efetuar o pagamento de salários e encargos sociais dos servidores das atividades administrativas da Autarquia. efetuar o pagamento de salários e encargos sociais dos servidores das atividades de atendimento aos credenciados e ações de média e alta complexidade. Efetuar o pagamento de salários e encargos sociais dos servidores das atividades profiláticas e terapêuticas. Efetuar o pagamento de salários e encargos sociais dos servidores das atividades de Vigilância Sanitária. Efetuar o pagamento de salários e encargos sociais dos servidores das atividades de Vigilância Epidemiológica. Adquirir equipamento e aparelhos médico-hospitalar-odontológicos, manter as atividades de administração da rede, manter as atividades de média e alta complexidade, manter as profiláticas/terapêuticas, manter as atividades de Vigilância Sanitária, manter as atividades de Vigilância Epidemiológica, adquirir estantes, adquirir seladora automática para grau cir. 1, adquirir gaveteiro, construir PAPI - Pronto Atendimento à Pessoa Idosa, reformar e ampliar Unidade Básica de Saúde no Patrimônio Selva, incluindo aumento do muro, e Patrimônio Taquaruna. Reformar e ampliar Unidade Básica de Saúde do Patrimônio Guairacá, reformar e ampliar U.B.S. Usina Três Bocas, construir Centro de Atendimento Psicossocial - CAPS; construir Centro de Atendimento Psicossocial -CAPS, construir Centro de Zoonoses, pagar salário e encargos sociais dos Agentes de Endemias, adquirir relógio de parede, adquirir equipamentos para Farmácia Popular, manter o Programa Farmácia Popular e instalar Unidades da Farmácia Popular. Rosilene continua e diz que a planilha apresentada se refere a previsão orçamentária de 2010/2013 e por isso anualmente se trabalha o orçamento da saúde, sendo que o de 2012 será apresentado pela contadora Fátima e pelo Diretor Financeiro João Carlos. Rosalina Batista inicia dizendo que participou da comissão que trabalhou a peça orcamentária 2010/2013, e na oportunidade foi conseguido algumas garantias para o fortalecimento do controle social, tais como: melhoria da infra-estrutura do conselho e obtenção de um carro para o conselho. Diz que no documento que se apresenta ela não conseguiu visualizar estas solicitações referidas anteriormente, e que é necessária a mudança da sala atual do conselho já que a atual é de difícil acesso e não tem espaço adequado para reuniões. Pergunta qual a situação atual sobre a construção do CAPS da região sul, sobre o qual foi feita uma reunião com o então secretario de saúde na época Edson de Souza, e também sobre a reforma do Posto de Saúde do Itapoã, já que existe o recurso do PROSAUDE desde 2006, e esta demora na reforma assim como na da UBS Bandeirantes já está causando um desagrado nas discussões com a comunidade. Maria Osvaldina diz que gostaria de saber sobre a ampliação da UBS Ouro Branco para uma Unidade de Saúde 24 horas, já que desde 2003 a população está esperando por esta obra. Osvaldina diz ainda sobre a ocorrência de falta de medicamentos, já que a população tem se queixado a ela deste problema. Manoel Rodrigues do Amaral faz uso da palavra e diz que gostaria de saber porque não consta nas diretrizes orçamentárias à construção de um Laboratório de Análises Clínicas e se é possível a inclusão desta

54

5556

57

58

59

60

61 62

63

64

65 66

67

68 69

70

71 72

73

74 75

76

77

78

79

80

81

82

83

84 85

86

87 88

89 90

91

92 93

94

95 96

97

98

99

100

101

102

103

104

prioridade, já que a cidade de Londrina tem uma seria deficiência na prestação deste serviço. Ana Olympia em resposta a questão levantada pela conselheira Rosalina Batista, coloca que já está sendo estudada a possibilidade do Conselho de Saúde se transferir para a Villa da Saúde, já que ficaria mais próximo ao local das reuniões, sendo que isto depende também do remanejamento de alguns serviços que atualmente estão alocados na Villa da Saúde. Rosilene em resposta à questão do veículo levantada também pela conselheira Rosalina diz que tem a previsão de compra de veículos para 2012, sendo que serão observadas as prioridades, pois vários serviços solicitaram veículos. João Carlos, Diretor Financeiro, esclarece a conselheira Rosalina que no que tange a sua pergunta, se for locação de imóveis não é necessário que esteja na LDO, e que sobre o carro, a aquisição faz parte da LDO para 2012, sendo que são observadas as prioridades. Rosilene retoma a palavra e diz que em relação ao CAPS da região sul ele está previsto no orçamento 2010-2013 e passa a palavra a diretora do CAPS Ângela Maria Gruener Lima, que inicia dizendo que na época foi apresentado o projeto ao Conselho, na reunião Bipartite já que é necessário também ser aprovado pelo Estado para ser recebido o recurso, sendo que esta parte da aprovação foi obtido sucesso em todas as instâncias, sendo que o projeto é enviado para o Ministério que libera o recurso de implantação conforme o porte do CAPS que será implantado, no caso era de porte II com uma liberação de R\$ 30.000,00, e depois desta implantação é que ocorre o credenciamento, o que pode demorar demasiadamente. Ângela continua e diz que em relação ao CAPS da região sul o entrave está na definição de recursos humanos. Rosalina Batista coloca que este projeto do CAPS deve ter seus trabalhos retomados novamente como prioridade, com discussões no Conselho e formação de comissões para implantação do CAPS, pois irá demorar muito se for esperar por uma ação do Estado sobre o assunto. Ana Olympia complementa que também tem que lutar pelo fortalecimento da rede como um todo, de atenção de saúde mental, inclusive incluindo a questão da psiguiatria, dentro dos hospitais gerais. Maria de Fátima, contadora da Prefeitura, diz que não pode ser incluído no orçamento nada que não tenha previsão de recurso, sendo que hoje não há previsão de recurso para o CAPS, e quando houver poderá ser enviada a Câmara uma alteração orçamentária incluindo o novo investimento. Rosilene que em relação ao UBS Itapoã, está sendo encaminhado para contratação do projeto arquitetônico e referente a UBS Ouro Branco já foram habilitadas 2 empresas para que se possa contratar a execução da obra, sendo que está sendo aguardada a abertura dos envelopes dos interessados para conseqüentemente ocorrer a execução da obra, orçada em R\$ 607.000,00 e o recurso federal em liberado de R\$ 400.000,00. Ana Olympia faz o uso da palavra e diz a conselheira Maria Osvaldina, que são duas questões, uma é a reforma e ampliação do posto, outra é o posto funcionar vinte e quatro horas, é a mesma questão que a Ângela colocou a respeito dos CAPS, é uma estruturação de recursos humanos, que tem hoje um problema sério, que é conseguir manter e implementar as unidades vinte e quatro horas, foi lançado concurso, há dificuldade com a contratação de médicos, para transformar o Ouro Branco em vinte e quatro horas, é um estudo que tem que ser aprofundado, inclusive por ter um hospital tão próximo, e hoje a prioridade é Leonor, Maria Cecília, União da Vitória, PAM e PAI, que está com déficit de profissional médico, diante disso não dá para garantir que o Ouro Branco vai ser vinte e quatro horas. Rosilene esclarece a conselheira Maria Osvaldina, que com relação a medicação, vai ser visto se está faltando, esclarece ao conselheiro Manoel, que relação á deficiência de Laboratório de Análises Clínicas, não foi percebido no Plano Plurianual nada em relação a isso, em breve estará iniciando um estudo sobre isso. Manoel Amaral faz o uso da palavra e diz que foi aprovado na Conferência a dois anos atrás para otimizar o Laboratório de Análises Clínicas Municipal equipando de forma a responder a demanda existente. Rosilene continua e diz que provavelmente essas ações não foram contempladas neste plano, e em 2010 não foram observadas essas ações, que estavam no Plano, para poder fazer a Lei de Diretrizes e o orçamento,

107

108109

110

111 112

113114

115

116

117

118119

120

121 122

123

124125

126

127 128

129

130131

132133

134

135

136137

138

139

140141

142143

144

145

146 147

148149

150

151

152

153154

155

156

157

todos os anos está passando isso para o Conselho, se compromete a avaliar e trazer o que pode ser encaminhado. Ana Paula relata que existem investimentos muito mais prioritários. Coloca que quanto a questão do Laboratório de Análises Clínicas, os contratos que o Município tem com serviço mesmo que privados, são pela tabela do SUS, sem ter o investimento e o custeio necessário. Diz que hoje é contratado o laboratório que aceita receber tabela SUS, para que vai investir dinheiro do Município com recursos humanos, numa área que é contratada com prestador privado pela tabela do SUS, em detrimento a outros investimentos que são muito mais prioritários que esses. Manoel Amaral solicita um levantamento de quanto o Município gasta com os laboratórios particulares. Ana Olympia faz o uso da palavra e diz que está iniciando esse levantamento, a proposta de encaminhamento é que faca um levantamento, tanto do que se gasta, tanto do que se gastaria para implementar o Laboratório existente. Cícero Cipriano diz com relação ao Laboratório foi aprovado em 2005, 2007 e 2009. Rosilene complementa que fortalece a Comissão de Acompanhamento do Plano Municipal de Saúde, para que não vá perdendo, e que possa ser cobrado algumas coisas. Cícero diz que no Relatório Anual de Gestão consta: contratar empresa para reforma UBS Leonor e isso foi aprovado neste Conselho, inclusive foram três arquitetos para verificar ampliação e reforma do Leonor, foi feito o projeto, licitado e engavetado, no documento está a região Sul, Leste, Centro não sendo encontrado as regiões: Oeste e Norte. Na questão da Oeste tem vários problemas estruturais, solicita que seja incluída a reforma e ampliação da Unidade de Saúde do Leonor, quando se fala em valores, relata ter feito algumas contas, pergunta; para chegaram a esses valores qual foi a forma utilizada. Solicita mudança no calendário, porque está sendo aprovada LDO e vai acontecer a Conferência, após a Conferência vai ser criada uma demanda, que só vai ser efetivada daqui a dois anos. Pergunta também a respeito das emendas, vai ser colocado o estudo do CAPS, reforma e ampliação do Leonor, ou não vai dar para incluir algumas dessas questões. Joelma Carvalho relata que neste documento a UBS da Usina Três Bocas consta como reforma e ampliação, porém o correto é construção. Fahd Haddad pergunta sobre o que se refere o número 100, se é numero de funcionários, rubrica ou recurso. Rosilene diz que com relação valores, são os valores previstos no Plano Plurianual que estava em 2009, feito 2010 e 2013 e é preciso corrigir no orçamento, mas se compromete a verificar e atualizar. Respondendo ao conselheiro Cícero informa que no orçamento pode haver emendas, conforme entrar recurso, porque esse recurso é totalmente Municipal, não tinha previsão de recurso Federal, ou outro recurso, pois é preciso prever recurso e mudar as ações e diretrizes, porque existe uma rubrica, uma diretriz de construção e reforma. Cícero Cipriano diz que o engenheiro da época, é o atual Presidente da Cohab João Verçosa, solicita que acrescente e conste realmente como está no Plano, a questão da reforma e ampliação, que fosse feita alteração e colocasse como foi solicitado, porque não adianta reformar o que já existe, abrindo portas e janelas, tem que ser feita uma análise antes. Com relação aos valores que foi colocado, a questão do PCCS, isso não deveria estar previsto na própria LDO, ou uma estimativa de custo, para que vai ter um impacto direto, na própria LDO. Rosilene Machado retoma a palavra e diz que tem a rubrica de pagamento de pessoal, se for fazer uma emenda, e tiver recurso financeiro, vai ser realizado esse ano um levantamento em relação ao PCCS para tentar rever a questão, fazer o impacto orçamentário e uma emenda solicitando complementação de recurso. Em relação ao calendário, tem que ser feito o compasso certo, as conferências eram realizadas de dois em dois anos, agora pode ser que mude para quatro em quatro anos, foi feito uma Conferência e já tinha um Plano Plurianual pronto, a Lei de Diretrizes para 2010 já existia, o Plano Municipal de Saúde 2009, deveria ter cuidado para encaminhar coisas em 2011. Ressalta que a Comissão de Acompanhamento do Plano Municipal de Saúde, é o que vai mover tudo isso, para poder fazer os acréscimos e as mudanças, se não tiver isso pode demorar mais. Quanto a Unidade de Saúde da Usina Três Bocas, tem recurso

160

161162

163

164165

166

167168

169 170

171172

173

174

175176

177178

179

180 181

182

183 184

185

186

187 188

189 190

191

192

193

194

195 196

197 198

199

200

201202

203

204

205

206207

208209

210

Federal, no valor de duzentos mil reais e o valor estimado da obra é de setecentos e cinquenta mil, sendo assim é necessário complemento do recurso do Município para construção da Unidade de Saúde da Usina Três Bocas, o projeto está em fase de elaboração. Referente a pergunta do conselheiro Fahd, diz que com relação as unidades de medidas, só compila no Plano Plurianual 2010 e 2013, mas é unidade, esse número é uma medida que pode ser alterada, basta ter orçamento, é um pensamento que foi feito em 2009, que seriam pessoas, como servidores da média complexidade, prevendo a Policlínica. João Carlos coloca a questão levantada pelo conselheiro Cícero a respeito do PCCS, diz que está sendo apresentada a LDO, quando entrar no orçamento, que é aquilo que efetivamente vai ocorrer em 2012, os projetos que está tramitando na Câmara, com relação a contratação por prazo determinado, os projetos de Lei com ampliação de vagas, todos eles estão sendo contemplados na LOA, Lei Orçamento Anual, o que vai acontecer, na apresentação da LOA. Informa que o recurso que vem para folha de pagamento, vem como interferência financeira, o Município repassa noventa e seis milhões, para 2012 está previsto o repasse de cento e cinqüenta e um milhões, vai haver um aumento por parte do Município para interferência financeira, qualquer ação de PCCS, aumento de salário é uma política do município, porque virá para Secretaria uma interferência financeira, não sendo necessário que esteja na LDO do Município. João Carlos diz a respeito de um detalhe da LDO que foi corrigido no orçamento, relata que na pratica a maior despesa da folha de pagamento da Secretaria Municipal de Saúde, é para a atenção básica, toda a mudança que é feita no orçamento é suscetível a alteração na LDO, pois existe uma hierarquia PPA, LDO e LOA, nem tudo que coloca no PPA e na LDO são prioridades para orçamento, por isso a necessidade da LOA, pois ela funila aquilo que está lá que vai efetivamente ser executado. Rosicler questiona a respeito da Unidade de Saúde do Lindóia que atende quatorze bairros e está em péssimas condições. Ana Olympia faz o uso da palavra e diz que esteve nessa Unidade de Saúde, com engenheiro e com a Terezinha do Planejamento, é uma situação que não estava prevista, mas foi pedido ao engenheiro que apresentasse um laudo para que fosse priorizada a reforma da Unidade de Saúde. Informa que isso está em andamento, vai ser utilizado recurso do próprio Município, é uma adequação que está sendo feita pela emergência da situação. Maria Osvaldina questiona a respeito dos valores apresentados e sugere que coloque em pauta na próxima reunião, esclarecimento a respeito das terceirizações pelo diretor do Hospital da Zona Sul. Rosilene Machado responde à conselheira Maria Osvaldina que com relação aos valores, esse foi um valor estimado em 2009, e a respeito das emendas, consta no plano de governo, porque o PPA, acaba sendo um plano de governo, vai depender muito da comissão que tem que acompanhar. Rosalina Batista coloca a respeito da nova normativa do Tribunal de Contas, do dia 01 de abril que normatiza o PPA, a LDO, a Programação Anual de Saúde e a responsabilidade do Conselho é respeitar essa nova normativa. Diz que em uma reunião do Conselho Estadual de Saúde que estava presente o representante do Tribunal de Contas, Sr Benjamim, foi solicitado a necessidade de que se apresente aos conselheiros a referida normativa, para que possa estar acompanhando, em função das prestações de contas. Bett Claidh relata que o laboratório tem que ser incrementado, porque recebeu denúncia que os exames que eram para ser feitos no local, estão sendo mandados para outros laboratórios, ficando assim os profissionais ociosos, e sendo pagos exames em outro laboratório. Ana Olympia diz que esse encaminhamento já foi dado, vai ser apresentado um estudo em relação ao Laboratório. Cícero Cipriano solicita que a Comissão de Humanização acompanhe o trabalho do Laboratório, principalmente os kits de exames. Rosilene Machado finaliza dizendo que a respeito de medicação a informação obtida, é que não está faltando nenhum item de medicamento na Centrofarma, em relação ao Laboratório vai haver um estudo. Quanto à UBS Leonor, vai ser discutido o orçamento; para a UBS Três Bocas vai ser corrigido na LDO; as unidades de medidas vão ser revistas no

213

214215

216

217218

219

220

221

222

223224

225

226

227228

229

230

231

232

233234

235

236237

238239

240

241

242243

244

245

246247

248249

250

251252

253

254255

256

257

258259

260

261

262

263

orçamento; a UBS Lindóia vai ser feita uma avaliação para inclusão da reforma. 266 Rosalina pede a palavra e diz que o processo da UBS Bandeirantes e da UBS Itapoã, é 267 268 um só processo, sendo que o recurso vem do PROSAÚDE e é dividido para as duas unidades. Ana Olympia diz que no relatório consta que está em fase de licitação, é uma 269 unidade de trezentos e setenta e seis metros quadrados, com cinqüenta mil de recurso 270 271 federal, com contrapartida do Município de quatrocentos e sessenta e nove mil. Não 272 havendo mais questionamentos é passado para o ponto de pauta 2 - Apresentação da Proposta Orçamentária de 2012 - LOA. Maria de Fátima, contadora da Prefeitura, 273 apresenta o projeto da proposta orçamentária 2012, relata ser um projeto de Lei, que é 274 encaminhado para Diretoria de Orçamento para revisão e posterior encaminhamento à 275 Câmara. A seguir inicia apresentação de planilha elaborada: RECEITA POR FONTE DE 276 RECURSO RECEITA POR FONTE DE RECURSO VALOR EM R\$ 5.000,00 354 -277 FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL R\$ 120.000,00, 369 - SERVIÇOS PRESTADOS 278 SUS R\$7.950.000,00, 357 - PROGRAMA SAMU ESTADUAL R\$ 894.000,00, 495 -279 R\$ 22.405.000,00, 496 - ATENÇÃO MEDIA E ALTA 280 ATENÇÃO BÁSICA COMPLEXIDADE R\$ 177.958.000,00, 497 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE R\$ 4.100.000,00, 281 498 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA R\$ 3.100.000,00, 499 - GESTÃO DO SUS R\$ 282 452.000,00, 500 - BLOCO DE INVESTIMENTOS 8.367.000,00, CONVÊNIOS R\$ 283 284 567.000.00. INTERFERÊNCIAS **FINANCEIRAS** 150.167.000,00, **RENDIMENTO** 47.000,00, TOTAL R\$ FINANCEIRO 1.172.000,00, 304 - ALIENAÇÃO DE BENS R\$ 285 377.304.000,00. COMPARATIVO EXERCÍCIO FINANCEIRO 2011 E 2010; RECEITA 286 287 POR FONTE; 001 - OUTRAS RECEITAS-REST. PGTOS. INDEVIDOS; 2012- 5.000,00. 2011- 3.000,00. 354 - FARMÁCIA POPULAR BRASIL; 2012- 120.000,00.2011-288 191.000,00. 357 - PROGRAMA SAMU ESTADUAL; 2012-894.000,00. 2011-0,00. 369 -289 290 SERVICOS PRESTADOS SUS: 2012-7.950.000,00. 2011-7.150.000,00. ATENÇÃO BÁSICA: 2012-22.405.000.00. 2011-21.575.000.00. 496 - MEDIA/ALTA 291 292 COMPLEXID; 2012-177.958.000,00. 2011-173.236.000,00. 497 - VIGILÂNCIA EM 293 SAÚDE; 2012-4.100.000,00. 2011-0,00. 498 - ASSIST. FARMACÊUTICA; 2012-294 3.100.000,00. 2011-2.700.000,00. 499 - GESTÃO DO SUS; 2012-452.000,00. 2011-295 500 - BLOCO DE INVESTIMENTOS: 2012-8.367.000.00. 50.000,00. 2011-296 510-TX. VIGILÂNCIA SANITÁRIA; 4.129.000,00. 2012: CONVÊNIOS,567.000,00,18.000,00INTERFERÊNCIASFINANCEIRAS,150.167.000,00-297 96.643.000,00; ALIENAÇÃO DE BENS-2010-47.000,00, 2011(52.000,00); RENDIMENTO 298 299 FINANCEIRO-2012(1.172.000,00), 2011(100.000,00)-TOTAL-2012(377.304.000,00), 2011(308.567.000,00). ORÇAMENTO 2012 -RESUMO GERAL RESUMO DE RECEITAS 300 301 CORRENTES-218.614.000,00; **RESUMO** DE **RECEITAS** DE CAPITAL-8.523.000.00.TOTAL GERAL DAS RECEITAS CORRENTES 302 Ε DE CAPITAL-INTERFERÊNCIAS 303 227.137.000,00,TOTAL DAS **FINANCEIRAS RECEBIDAS-**150.167.000,00, TOTAL GERAL DAS RECEITAS DA AMS / FMS-377.304.000,00, 3.1) 304 305 PESSOAL + ENCARGOS SOCIAIS(151.562.000,00) 3.1.71.34 - Outras Desp. Pessoal -Terceirização(3.286.000,00), 3.1.90.01 - Aposentadorias e Reformas(0,00), 3.1.90.03 -306 Pensões (0,00), 3.1.90.04 - Contratação por Tempo Determinado (22.068.000,00), 307 3.1.90.09 - Salário-Família(27.000,00), 3.1.90.11 - Vencimentos e Vantagens Fixas -308 309 Pessoal Civil(89.506.000,00) 3.1.90.13 - Obrigações Patronais(4.884.000,00), 3.1.90.16 -Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil(10.115.000,00), 3.1.90.34 - Outras Desp. 310 Pessoal – Terceirização (255.000,00) Auxílio-Alimentação (5.634.000,00), 3.1.90.49 -311 Auxílio-Transporte (Pessoal)- (526.000,00), 3.1.90.91 - Sentenças Judiciais(35.000,00), 312 313 3.1.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores(0,00), 3.1.90.96 - Ressarcimento de Requisitado(0,00), 3.1.91.13-314 Desp. Pessoal Saúde Previdência CAAPSML(15.226.000,00), 3.3) OUTRAS DESPESAS CORRENTES-(214.261.000,00), 315 3.3.20.39 - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica (10.000,00), 3.3.20.93-316 Restituições(103.000,,00), 3.3.71.41-Contribuições (900.000,00), Indenizações 317 318 3.3.72.39- Outras Desp.Pessoal Terc.Mão-de-obra(11.373.000,00) 3.3.90.14 - Diárias -

319 Civil(56.000,00), 3.3.90.30 - Material de Consumo-(5.688.000,00), 3.3.90.32 - Material de 320 Gratuita(6.423.000,00), 3.3.90.33 Passagens Locomoção(305.000,00), 3.3.90.35 - Serviços de Consultoria(6.000,00), 3.3.90.36 -321 Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Física(255.000,00), 3.3.90.37 - Locação de Mão-de-322 Obra(2.000,00) 3.3.90.39 - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica(188.223.000,00), 323 324 3.3.90.46 Auxilio Alimentação(4.000,00), 3.3.90.47 -Obrig. Tributárias 325 Contributivas(56.000,00), 3.3.90.48 - Outros Auxílios Financeiros Físicas(51.000,00), 3.3.90.49 - Auxílio-Transporte (Uso da Secretaria)( 4.000,00), 326 327 3.3.90.49 - Auxílio-Transporte (RH)( 0,00), 3.3.90.91-Sentenças Judiciais(36.000,00), 328 Despesas Exercícios Anteriores(766.000,00)-3.3.90.92 de 329 INVESTIMENTOS(11.481.000.00). 4.4.90.30 - Material de Consumo(50.000,00). 4.4.90.35 - Serviços de Consultoria(0,00), 4.4.90.36 - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa 330 Física(0,00), 4.4.90.39 - Outros Serv. de Terceiros Pessoa Jurídica(60.000,00), 331 4.4.90.51-Obras e instalações (10.355.000,00), 4.4.90.52 - Equipamentos e Material 332 Permanente(1.016.000.00) 4.4.90.61 - Aquisição de Imóveis(0.00) 4.4.90.92 - Despesas 333 de Exercícios Anteriores(0,00), 4.4.90.93 - Indenizações e Restituições(0,00). Fahd 334 Haddad parabeniza o município por ter aumentado o valor do recurso próprio para 335 pagamentos na saúde. Solicita que a Secretaria de Saúde juntamente com os 336 337 prestadores façam uma avaliação real do que está sendo feito de maneira excedente e 338 não tem recurso, do que está sendo pago em um mês com recurso do mês seguinte, para que após esta avaliação seja aumentado o teto financeiro do município de Londrina 339 340 através de reivindicações junto a Bipartite e Ministério da Saúde, sendo que isto acabará refletindo em benefício para a população. Cita que em outros municípios já foi feito este 341 levantamento mais detalhado e conseguido o aumento nos recursos. Rosalina Batista 342 343 coloca que pela apresentação do orçamento, fica claro que o recurso do município está sendo concentrado na alta complexidade, sendo que na ocasião da reunião com o 344 345 Ministério da Saúde em que foi conseguido o recurso para a alta complexidade, solicitou-346 se um estudo para a majoração de recursos na atenção primária à saúde. Rosalina 347 coloca que também o Estado em reuniões recentes tem corroborado com a idéia do fortalecimento da atenção primaria na saúde. Rosalina continua sua fala e diz que com 348 349 respeito ao pagamento de pessoal, gostaria de saber qual o número efetivo de 350 funcionários lotados na saúde, já que sabe-se que muitos funcionários estão cedidos para outras secretarias e que gostaria de saber também se estes funcionários cedidos 351 estão incluídos nesta despesa apresentada. Finaliza e diz que gostaria de encaminhar 352 353 uma proposta para a realização de oficinas com palestrantes que possam trazer uma apresentação da questão orçamentária em uma linguagem mais simples e menos 354 355 técnica, a instituição de uma comissão para a questão orçamentária de média e alta complexidade e uma outra para a questão do orcamento da atenção primária ou 356 vigilância em saúde, que deve ser fortalecida, e também uma comissão para trabalhar a 357 358 questão dos programas. Diz que poderia ser apresentado na abertura da conferência vindoura um relatório do que foi feito ou não nos últimos 4 anos de acordo com o Plano 359 Plurianual. Cícero Cipriano pergunta com relação ao item contratação por tempo 360 determinado apresentado no orçamento, qual o número de profissionais que serão 361 362 contratados e o prazo da contratação e que gostaria de observar que este valor corresponde a 15% e que o mesmo é demasiadamente alto. Continua sua fala e diz que 363 gostaria de saber a qual material se refere o item material de distribuição gratuita, e que 364 gostaria de que constasse no documento em relação a região oeste a reforma e 365 366 ampliação da UBS Leonor. Pede maiores esclarecimentos em relação aos itens da página 16, sobre qual o número efetivo de agentes de endemias atualmente e diz que 367 gostaria de esclarecimentos em relação ao item convênios. João Carlos Perez informa 368 que em relação ao que foi colocado pelo conselheiro Cícero sobre a reforma da UBS 369 Leonor, não existe recurso para a reforma da mesma. Em relação a contratação direta foi 370 371 encaminhado um projeto a Câmara que previa a contratação direta de 503 funcionários

que eram das OSCIPS e 355 contratados através de teste seletivo. Informa que o valor aproximado de 15% questionado pelo conselheiro Cícero se deve ao fato de que foi feito um remanejamento orcamentário para a contratação direta, e que em referência ao prazo da contratação direta, ela é de um ano prorrogável para mais 1 ano. Diz que em relação à questão levantada sobre o item materiais de distribuição gratuita, estes se referem à compra de medicamentos. João continua e diz que em relação a pergunta da conselheira Rosalina sobre os funcionários cedidos, tudo que é pago vem dos cofres do município independente de onde seja o profissional e se o funcionário cedido for transferido para outro órgão de maneira definitiva o valor acabará retirado da saúde. Denise Mashima reforça a fala do conselheiro Fahd sobre a importância de se aumentar o teto financeiro do Município para a alta complexidade. Ana Olympia informa que em relação a questão do número de agentes de endemias levantado pelo conselheiro Cícero, diz que o número previsto pelo Ministério da Saúde é de 230 e o que a Secretaria possui no momento são 180 agentes, pois houve demissões e foi solicitada uma análise jurídica para que pudesse ser convocados agentes do segundo teste emergencial que foi feito já que o primeiro não tem mais classificados. Cícero Cipriano pergunta qual a estrutura atual da Vigilância Sanitária e também sobre a aplicação do recurso do programa de DST/AIDS. Ana Olympia coloca que está sendo feito um estudo em todos os setores, incluindo a Vigilância Sanitária, para o preenchimento do quadro de profissionais. Sandra Caldeira diz que em relação ao DST/AIDS, o recurso mensal realmente não está sendo gasto totalmente, o recurso tem que ser contemplado no Plano de Ações e Metas. Informa que está sendo feito um levantamento que vai ser apresentado na próxima reunião da COMUNIAIDS sobre como está o recurso e o que falta para ser concluído. Finalizado o debate é passado para o ponto de pauta 3 - Programação Anual de Saúde/2011. Rosilene Machado diz que como os conselheiros receberam o documento antecipadamente não há a necessidade de explanação desse, pergunta quais são os destagues levantados. Rosalina diz que com relação à saúde da mulher, é preciso trabalhar outros conceitos, também a respeito da saúde mental ficou muito vago, é preciso mais esclarecimento. Cícero fala que com relação a implementar um novo organograma, solicita saber se esse projeto já foi para Câmara de Vereadores. Pergunta também sobre os itens: 1.2 - Implementar o sistema local de informação de cadastramento dos usuários do SUS; incluir a questão da informática para os servidores saúde. Implementar o planejamento local baseado nas das unidades básicas de necessidades de saúde.faltou incluir da comunidade. 1.4.6 - Adotar protocolos de regulação de acesso, em consonância com protocolos e diretrizes Nacionais, Estaduais e Regionais e Municipais; faltou incluir de forma humanizada. Item 1.7 - Participação e Controle Social, solicita incluir capacitação e discussão antecipadamente da LDO, LOA e PPA. Item 2.1 - Realizar evento com a comunidade com objetivo de divulgar a importância da atividade física e prevenção de quedas, diz que não consta carteirinha do idoso. Item 2.3.24 -Inspecionar os Centros de Educação Infantil, pede para incluir em parceria com o Ministério Público. Acompanhar dados de cobertura vacinal por UBSs, solicita levantamento e divulgação previa com relação as vacinas. Produzir e confeccionar materiais educativos de HIV/AIDS, Tuberculose, Hepatite, Sífilis e outras DST, para a população em geral e vulnerável, solicita que seja incluso o PAM, pois esse material educativo consta no PAM. Item 2.5.8 - Capacitar profissionais da Estratégia Saúde da Família em Terapia Comunitária visando promoção da Saúde Mental na atenção básica, pede para incluir acompanhamento desses grupos. Implantar e implementar a sistematização do cuidado ao diabético, pede para incluir anualmente prevenção e promoção. Contratação de servidores na reposição a vagas existentes, aumentar a oferta das vagas nas áreas mais vulneráveis, conforme está no relatório anual de gestão nas áreas de risco. Maria Osvaldina relata estar de acordo com a conselheira Rosalina, pois houve um Seminário pela Saúde da Mulher, a qual com muita luta as mulheres conquistaram o direito pela saúde, durante o seminário o Secretário de

372

373374

375

376

377

378

379380

381

382 383

384

385

386

387

388

389 390

391

392393

394

395396

397398

399

400

401

402

403

404

405 406

407 408

409

410 411

412

413

414 415

416

417

418 419

420 421

422

Estado relatou que as mulheres não fazem os exames de prevenção ginecológico e mama. Maria Osvaldina diz que se as mulheres não fazem exames é porque não tem médicos. Sugere que seja feita uma cartilha de orientação e prevenção para câncer de mama em homens. Ana Olympia sugere como encaminhamento que as considerações colocadas pelos conselheiros Cícero, Maria Osvaldina e Rosalina sejam acatadas. Joelma Carvalho solicita aos conselheiros que quando tiver apresentações, que os conselheiros encaminhem antes as suas considerações, porque assim será possível ser feito o encaminhamento e a inclusão. Ana Olympia esclarece a conselheira Maria Osvaldina, que com relação as campanhas para as mulheres referente a prevenção do a câncer ginecológico, como câncer de mama, há protocolos, e não necessariamente necessita de médico para atendimento a essas mulheres. Pode procurar a Unidade de Saúde pois tanto a mamografia, como o preventivo de câncer de colo de útero é feito dentro da unidade, é encaminhado para fazer a mamografia, só o retorno é agendado já com resultado para avaliação médica, é necessário que realmente seja feito campanha para que elas procurem a unidade para a prevenção. Ana Olympia faz um agradecimento ao Instituto do Câncer de Londrina, na pessoa do Sr Nelson Dequech e Mara Rossival, que prontamente atendeu a solicitação da Secretaria de Saúde de Londrina com a doação de trinta cobertores para Maternidade Municipal. Rosalina Batista convida os trabalhadores, prestadores e usuários para a Pré- Conferência de Saúde do Segmento de Usuários que acontecerá dias 9 e 10 de julho, no auditório do Hospital Universitário, com a presença do Secretário de Saúde de Araucária, Dr Haroldo, que fará a palestra de abertura. Ana Olympia agradece a presença de todos e finaliza a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde. Esta ata foi digitada por Sandra Aparecida Oliveira Bavia e por Anderson Luis Oliveira Silva, revisada por Márcia Batista Brizola e será assinada pelos conselheiros abaixo:

425

426 427

428

429 430

431

432

433 434

435

436

437

438

439

440 441

442

443

444

445

446

447

448

449

150			
451 452	Titular Suplente	Ana Olympia V. M. Dornellas Marcio Makoto Nishida	Ausente com justificativa
453	·		·
454 455	Titular Suplente	Djamedes Maria Garrido Maria Cristina Rodrigues Gil	Ausente com justificativa Ausente com justificativa
456	Supleme	Maria Cristilia Rourigues Gii	Ausente com justificativa
457	Titular	José Luis de Oliveira Camargo	Ausente
458 459	Suplente	Antonio Caetano de Paula	Ausente
460	Titular	Sandra Iara Sterza	
461 462	Suplente	Márcia Cristina Rodrigues Marengo	Ausente com justificativa
463	Titular	Janaina Mazzer Salinet	Ausente com justificativa
464	Suplente	Lazara Regina Rezende	Ausente com justificativa
465 466	Titular	Éder Pimenta de Oliveira	
467	Suplente	Maldissulei Correa	
468	Titulor	Pott Claidh Nasaimanta	
469 470	Titular Suplente	Bett Claidh Nascimento Manoel Nivaldo da Cruz	
471	•		
472 473	Titular	Fahd Haddad Ana Paula Cantelmo Luz	
473 474	Suplente	Ana Faula Cantelino Luz	
475	Titular	Artemízia Martins	
476 477	Suplente	Mara Rossival Fernandes	
478	Titular	Margarida Fátima F Carvalho	Ausente
479	Suplente	Denise Akemi Mashima	

480 481			
482 Titul 483 Supl 484	ar Maria Céli lente Naja Nabi	a P. R. Greghi ut	Ausente. Ausente
485 Titul 486 Supl 487	ente Paulo Mai	nando Nicolau rcel Yoshii	Ausente com justificativa Ausente
490	ente Neide Apd	a Gonçalves Ferreira	
491 Titul 492 Supl 493	ar Custódio F lente Maria Âng	Rodrigues do Amaral ela Magro	Ausente com justificativa
494 Titul 495 Supl 496		odrigues do Amaral ria dos Santos	Ausente com justificativa
497 Titul		P. da Silva (Mãe Omin) Pereira da Silva	Ausente com justificativa
500 Titul		aldina Mello de Oliveira erro Belchior	
503 Titul		Maria Alves ecida Brazão	Ausente
506 Titul	ar Rosicler A ente Elba Ferre	marins Moura Vaz ira	Ausente
509 Titul		Miyamoto Maria Lopes	Ausente com justificativa Ausente
512 Titul		iano Pinto da Sampaio de Souza	
515 Titul		ier Dorta xandra Oliveira Silva	Ausente com justificativa Ausente
518 Titul	ar Joelma Apo ente Esmeralda	la de Souza Carvalho Pereira da Silva	Ausente com justificativa
521 Titul	ar ente Rosalina B	atista	